

O poder do futuro presidente

O senador Fernando Henrique Cardoso assumirá a Presidência da República a 1º de janeiro com um cabedal político — legitimado pelo voto — poucas vezes alcançado por outro presidente na história da República. As decisões eleitorais do segundo turno dão a S. Exa. uma força de manobra sem igual. Desconsiderando os governadores eleitos a 3 de outubro e outros que com seu apoio se elegeram dia 15, mas representam Estados de menor peso econômico e político, o futuro presidente poderá ter como aliados senão incondicionais, pelo menos confiáveis, novos dirigentes do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Não tome S. Exa. como desaire a comparação, mas é a que se impõe no momento: vivêsemos na República Velha e o presidente da República, com o apoio desses governadores e das bancadas federais que eles de uma maneira ou de outra influenciam, poderia dormir por quatro anos o sono dos justos politicamente vitoriosos. Sem dúvida, já se levantam no Nordeste vozes reivindicatórias que podem contrariar seus propósitos reformistas. Primeiro, foram as daqueles que se opuseram a que, na reforma administrativa do futuro presidente, alguns órgãos fossem extintos. Agora, é a maioria dos governadores eleitos, inclusive o de Sergipe, do PSDB, que acalenta a idéia de formar uma coligação de governadores para defender as causas do Nordeste, entre as quais

se poderá incluir a defesa daquilo que sempre respondeu pelo distanciamento daquela região das demais. Apesar dessas resistências ainda não totalmente explicitadas, o peso político do Sül (além de Britto, que se elegeu com o apoio do senador Fernando Henrique, deve considerar-se a solidariedade que o governador eleito do Paraná já emprestou à nova administração) e do Sudeste será suficiente para que se realizem as reformas estruturais — a começar pelas constitucionais

—, sem as quais o País continuará imóvel na doce expectativa de que o virão buscar para participar do clube dos que decidem.

As condições político-eleitorais básicas para o êxito do governo Fernando Henrique Cardoso estão dadas. Caberá agora a S. Exa. saber capitalizar o apoio sem par que seu programa e sua personalidade obtiveram no primeiro e no segundo turnos e dirigir as esperanças nacionais para sua feliz realização. A imagem que S. Exa. construiu na opinião pública o ajudará muito a capitanear a nau do Estado brasileiro nos momentos difíceis que virão; muito, porém, do apoio que se fará mister obter da opinião pública, dos agentes econômicos e das lideranças políticas e sindicais dependerá da perícia que o futuro presidente demonstrar na



montagem de seu Ministério — que não poderá ser mero agrupamento de pessoas a administrar feudos no governo federal, mas deverá ser equipe unida, com firme respaldo no 'Brasil' que produz e soube vencer até hoje o desgoverno com que o atropelam há mais de década.

Para que a travessia dos quatro anos seja fácil, porém, não basta preencher essas condições. É necessário igualmente que o senador Fernando Henrique Cardoso se convença de que a crítica

será necessária. Tão mais indispensável quanto o resultado do pleito de certa forma nos conduziu a uma situação de fato parecida com aquelas que vigoraram na República Velha: onde está a oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso? Na maior bancada na Câmara dos Deputados, a do PMDB? Oposição liderada por quem? Pelo sr. Orestes Quêrcia, batido no Estado de São Paulo? Pelo sr. Antônio Fleury Filho, que teve na derrota de seu candidato o veredicto popular sobre seu governo? Na segunda bancada, a do PFL? A derrota eleitoral nos Estados não descredenciou definitivamente o partido, mas o abalou, embora seja importante pelo número de deputados, e pela liderança do sr. Antônio Carlos Magalhães, afinal aliado do presidente. Pela quarta bancada,

que é a do PT, que com seus associados poderia criar dificuldades de monta? Mas esse partido só conseguiu eleger o governador do Espírito Santo porque o presidente o apoiou, e no Sul perdeu para Britto — afora a lucidez ter permeado muitos dos membros da bancada e o governador de Brasília depender do governo federal para provar ser alguma coisa.

O futuro presidente terá pouca oposição política — embora a administrativa, como assina-

A vitória foi tão grande que de fato não haverá oposição; por isso, FHC deve cultivar a arte da crítica

lhamos em editorial anterior, possa manifestar-se até mesmo nos Estados governados pelo PSDB, cujos dirigentes terão de escolher entre a austeridade que afetará os bancos estaduais e seus projetos políticos pessoais. É por não ter oposição política de vulto que S. Exa. deverá cultivar a arte de receber as críticas e a de fazer a crítica de suas ações. Terá enorme influência sobre o Congresso, podendo acabar com o espetáculo trágico desta legislatura que termina. Deverá sempre lembrar-se, porém, de que, se tem o poder político dos presidentes da República Velha, a falta de crítica poderá desfazer rapidamente a obra que construiu com tanta paciência.